

27/06/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Educação pela paz](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Contas do ensino](#)

[Aqui tem](#)

[Contas de Alckmin e França são aprovadas com ressalvas sobre gastos na educação](#)

[Câmara aprova projeto que retira recursos de educação e saúde para construção de gasodutos](#)

[Metade das crianças e adolescentes se sente insegura nas escolas públicas](#)

[Entre o amorismo e um crime de responsabilidade](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Tecnologia e aula presencial são apostas](#)

O GLOBO - RJ

[Fiscalização frouxa](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Universidades públicas e ensino básico](#)

[O que professores finlandeses vão ensinar aos brasileiros](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Bahia : menos de 5% dos alunos do Ensino Médio aprendem matemática; entenda](#)

[Inscrições do Enceja Exterior seguem abertas até início de julho](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[Oferta de escola integral cresce, mas ainda é tímida](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Educação abaixo das metas](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Ufba tem horário de funcionamento reduzido durante recesso de semestre letivo para economizar](#)

[IFRR completa 26 anos com programação gratuita nas seis unidades; confira](#)

PORTAL ISTOÉ

[Relator aposta em consenso na PEC do Fundeb Permanente](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Relator aposta em consenso na PEC do Fundeb Permanente](#)

Agências de notícias e sites

EDUCARR

[Seletivo para mestrado em Ensino de Ciências](#)

FOLHA ONLINE

[Parceria vai investir mais de R\\$ 13 milhões em bolsas de estudo](#)

G1

[UERR lança edital de mestrado em Ensino de Ciências com 20 vagas](#)

GAZETA DE VOTORANTIM

[Campus Sorocaba da UFSCar oferece bolsa de pós-doutorado na área de Ciência dos Materiais](#)

GRUPO ORZIL

[Divulgado resultado do Programa Bragfost](#)

PÁGINA 3

[Teses da Univali são base para documento sobre o turismo no Brasil](#)

UEMA

[UEMA inicia o Encontro de coordenadores de Polos do UemaNet](#)

Imprensa Estadual

J. DO COMMERCIO - PE

[Dificuldade de concluir estudos até os 16 anos](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SERTÃO

[Uesb abre seleção para Mestrado em Ciências Florestais](#)

DIÁRIO DE CAMPOS

[Pesquisa desenvolvida na UEPG vai gerar economia superior a 1 bilhão de dólares](#)

GUIA DO ESTUDANTE

[Um em cada quatro jovens brasileiros acha que vacina faz mal](#)

DE FATO

[Inep disponibiliza material gratuito de preparação para Encceja](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Governadores querem Fundeb permanente com 40% de verbas do Executivo](#)

PORTAL ISTOÉ

[Sem professores bem preparados, não avançaremos](#)

VERMELHO

[Anuário aponta as principais deficiências da educação brasileira](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Educação pela paz

Armar a população não foi, não é, e não será o caminho para construir uma sociedade mais segura. Isso está dito por cientistas sociais, especialistas em segurança pública e, recentemente, foi demonstrado em números no Atlas da Violência 2019. Com o título A escalada da violência armada no Brasil desde 1980 e o freio ao aumento das mortes imposto pelo Estatuto do Desarmamento, o documento traça a evolução dos homicídios por arma de fogo no país antes e depois do Estatuto.

O Atlas revela que, antes do Estatuto do Desarmamento, a taxa de assassinatos no Brasil crescia a um ritmo de 5,44% ao ano. A partir de 2003, com a restrição do acesso às armas, esse índice ficou em 0,85% ao ano. Mas restringir o acesso às armas não é o único caminho. Uma sociedade menos violenta passa, também, por investimentos em educação.

Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Daniel Cerqueira, doutor em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), escreveu sobre o poder da educação na redução da criminalidade no artigo Trajetórias Individuais, Criminalidade e o Papel da Educação, publicado em 2016, pelo Ipea. Segundo o autor, de modo geral, as melhores escolas se concentram nas regiões mais ricas. E as instituições com os piores desempenhos estão nas periferias, justamente onde os índices de criminalidade são maiores e a juventude está mais exposta, tanto aos autores de violência, quanto pela falta de acesso à cultura e ao lazer.

No mesmo ano, Daniel foi o autor da nota técnica Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução

de Homicídios. A principal conclusão dessa nota foi a de que para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos na escola, há uma redução de 2% na taxa de assassinatos nos municípios.

O problema é que, no Brasil, manter os jovens em sala de aula continua sendo um desafio. Isso acontece, em parte, porque as instituições de ensino não acompanharam, por várias razões, as transformações socioculturais e econômicas. Muitas das escolas não conseguem enxergar o jovem como indivíduo, nem possuem programas pedagógicos capazes de acolher, envolver e preparar essa geração para a vida adulta. A depender das decisões dos últimos anos — entre elas o congelamento dos gastos para o setor — o Brasil vai regredir e negligenciar ainda mais esses jovens.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Contas do ensino

Acúmulo de verbas carimbadas desincentiva a eficiência dos gestores

Ainda que relevante do ponto de vista legal, a controvérsia em torno dos gastos paulistas com educação carece de foco no que diz respeito aos objetivos da política pública.

Como todos os estados brasileiros, São Paulo está obrigado a destinar um mínimo de 25% da receita ao ensino, conforme os termos da Constituição Federal. A Carta estadual, por sua vez, determina 30%.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/06/contas-do-ensino.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Aqui tem

Com o Ministério da Educação sob ataque pelo corte de verbas para pesquisadores, a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, lança edital para destinar R\$ 100 milhões a estudos sobre saúde, educação, segurança, agricultura e tecnologia.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/06/27/desconfianca-contamina-congresso-e-oposicao-age-para-adiar-previdencia/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Contas de Alckmin e França são aprovadas com ressalvas sobre gastos na educação

Relatora criticou a utilização de apenas 25% da receita para educação; parecer passa agora pela Assembleia de SP

São Paulo

Por unanimidade, o TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) aprovou nesta quarta-feira (26) as contas do governo paulista de 2018, cuja gestão foi compartilhada entre Geraldo Alckmin (PSDB) e Márcio França (PSB).

No entanto, aplicou ressalvas. Em uma delas, pede que haja redução gradativa, em cinco anos a partir de 2020, dos R\$ 3,4 bilhões que o governo tem usado do Fundeb (fundo da

educação básica) para bancar a Previdência.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/contas-de-alkmin-e-franca-sao-aprovadas-com-ressalvas-sobre-gastos-na-educacao.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Câmara aprova projeto que retira recursos de educação e saúde para construção de gasodutos

Parte dos deputados criticou a mudança da destinação dos valores

Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (26) projeto de lei que retira recursos do pré-sal que iriam para o fundo social, de educação e saúde, e os destina para a construção de gasodutos.

Segundo técnicos da Casa, a expectativa é de impacto de R\$ 16 bilhões ao longo de dez anos. Alterada, a proposta terá que voltar ao Senado

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/camara-aprova-projeto-que-retira-recursos-de-educacao-e-saude-para-construcao-de-gasodutos.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Metade das crianças e adolescentes se sente insegura nas escolas públicas

Bullying e violência foram apontados como motivo por alunos em pesquisa feita por ONG

Nova Iguaçu (RJ)

Aos 13 anos de idade, Marina decidiu parar de estudar. A gota d'água foi o dia em que teve que se esconder em um posto de saúde ao ser perseguida a caminho da escola. Mas ela já vinha acumulando o peso de outras violências que via e vivia no colégio.

“Chupeta de baleia”, “perereca zoiuda” e “esquisitona” eram alguns dos apelidos que escutava frequentemente por ser “gordinha” e ter olhos grandes. Um professor chegou a dizer que ela tinha um grau de autismo por não entender a matéria, outra jogava o apagador nos alunos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/06/metade-das-criancas-e-adolescentes-se-sente-insegura-nas-escolas-publicas.shtml>

topo ↗

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Entre o amadorismo e um crime de responsabilidade

A questão é saber se esta enorme confusão foi feita por amadorismo ou se a medida foi propositalmente pensada

Em meio à uma enorme confusão de versões e de manobras legislativas que visam impor a sua vontade ao Parlamento e ao Poder Judiciário, o governo Bolsonaro conseguiu criar um verdadeiro caos jurídico e institucional ao revogar os decretos sobre posse e porte de armas de fogo que tinha publicado no começo deste ano e que estavam

sendo questionados.

Agora temos, em tese, um decreto que versa sobre a posse, outro sobre o porte, e um terceiro sobre as armas de colecionadores. Na prática, seguindo a dica do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, o governo produziu uma verdadeira balbúrdia e é quase uma missão impossível tentar entender, por ora, os impactos e o alcance das alterações.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/entre-o-amadorismo-e-um-crime-de-responsabilidade.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPECIAL

Tecnologia e aula presencial são apostas

Inovações em cursos contrastam com ensino tradicional

O setor educacional busca inovar e se adaptar ao atual paradigma tecnológico, com a criação de novos cursos adaptados às necessidades do momento, como aulas de videomaker, criação de aplicativos, games e robótica. No entanto, ainda aposta na presença do professor em sala de aula e na troca de experiência entre alunos, elementos tidos como de alta relevância para o aprendizado.

Apesar da crise, o segmento também tem conseguido manter sua resiliência, apostando no desejo de capacitação resultante desse período, seja da parte daqueles que buscam melhorar seu currículo para conseguir um emprego, seja daqueles que desejam aprimorar seus conhecimentos para manter seu emprego atual ou alcançar uma promoção.

Segundo a última pesquisa da ABF (Associação Brasileira de Franchising), que mostra o crescimento dos setores no primeiro trimestre de 2019, o segmento de educação aumentou seu faturamento em 8,1% e expandiu seu número de unidades em 6,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

Bruno Padrão, diretor operacional da All Net, rede de escolas de idiomas, tecnologia e gestão empresarial, afirma que a franquia teve leve crescimento no primeiro trimestre deste ano, mas que os anos mais difíceis foram entre 2016 e 2018, quando mudanças foram necessárias, como capacitação dos colaboradores (equipe comercial e pedagógica) e alterações no modelo de negócios (comercialização de material didático, que antes não era feita).

Para ele, enquanto outros cursos têm apostado em programas interativos, em que um computador ensina as matérias, o que já pode ser encontrado no YouTube, a All Net ainda aposta no professor em sala, mas com uma abordagem

mais prática.

“Na aula de informática, por exemplo, o professor não explica apenas o pacote Office, mas ensina para que essa ferramenta será útil no cotidiano dele para realizar outras coisas”, explica.

Segundo André Belz, fundador e sócio da Rockfeller Language, os últimos três anos foram de crescimento lento, mas este ano o cenário está mais favorável. As matrículas

na rede aumentaram 40% no primeiro semestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018 e 60% dos alunos são adultos, o que indica uma busca por qualificação.

“A empresa precisa se adaptar ao aluno. Oferecemos cursos online com dias e horários flexíveis, mas diferentemente dos EADs comuns, temos acompanhamentos presenciais nas escolas”, afirma Belz.

Ele diz que a rede também oferece apoio complementar, seja por meio de aplicativo ou plataforma online, que permite ao aluno ter acesso a atividades complementares, acompanhamento com professores, agendamento de aulas e verificação de sua situação financeira.

Thiago Busignani, diretor Executivo do Centro Brasileiro de Cursos (Cebrac), também acredita na troca de experiência entre alunos na sala de aula.

“Os nossos cursos são 100% presenciais”, relata. Ele conta que a rede também tem criado novos cursos focados no público jovem (entre 15 a 18 anos), como robótica, criação de aplicativos, de games e videomaker. Outro investimento da empresa tem sido no curso de cuidador, devido ao aumento da expectativa de vida do brasileiro.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Fiscalização frouxa

CGU identifica falhas no controle de gastos com cartão do CNPq

Uma auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) identificou deficiências no monitoramento dos gastos feitos com os cartões pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Eles são cartões de crédito do Banco do Brasil dados aos pesquisadores para que paguem por insumos ou serviços necessários a seus estudos.

A CGU analisou despesas entre os anos de 2013 e 2018, feitas por 22.867 pesquisadores que dispunham do cartão, e que gastaram, no total, R\$ 1,4 bilhão. O relatório apontou que em apenas 14% desses dispêndios foi possível identificar a natureza dos gastos.

Além disso, 83% das despesas feitas pelo cartão se concentram nas modalidades de saque, pagamento de títulos e transferências entre contas correntes. Segundo a CGU, esses tipos de gastos não apresentam de forma direta o destinatário final dos recursos, o que dificulta o controle por parte do CNPq.

O Cartão Pesquisa foi criado em 2009 com a finalidade de viabilizar de maneira simples as compras por parte dos pesquisadores. Ele pode ser usado para aquisição de material e equipamentos necessários para as pesquisas, com valores até o limite estipulado pelos editais. Na prática, funciona como um cartão de crédito convencional, permitindo saques em território nacional e internacional, além de compras pela internet.

Os pesquisadores que detêm um desses cartões precisam apresentar, ao final das suas pesquisas, todas as notas fiscais que comprovem os gastos realizados durante os estudos.

No entanto, o relatório da CGU aponta que este controle realizado apenas a posteriori, além de dificultar a fiscalização do destino final do dinheiro, pode facilitar gastos

irregulares por alguns detentores.

A auditoria constatou que não foi realizado pelo CNPq nenhum controle sobre os ramos de atividades, o que permite que os pesquisadores utilizem o cartão para compras em qualquer estabelecimento comercial, sem restrição prévia ou trava nos sistemas.

— Essa prestação de contas hoje é toda manual, com notas fiscais. Se houvesse um sistema com análise prévia e dos tipos de gastos que seriam permitidos para aquela pesquisa, facilitaria a capacidade operacional do CNPq para otimizar essa prestação de contas — disse Karin Webster, coordenadora de auditoria da CGU.

Em nota, o CNPq admitiu que "ainda é necessário um refino da descrição dos gastos" e que, para tanto, "já iniciou tratativas com o Banco do Brasil".

DESPESAS NÃO ELEGÍVEIS

O relatório da CGU apontou que, entre 2013 e 2018, cerca de R\$ 40 milhões foram gastos com finalidades "potencialmente não elegíveis", ou seja, em desacordo com os contratos e regras do benefício.

Entre as despesas levantadas que entram em um possível desacordo com as regras do CNPq constam, por exemplo, cerca de R\$ 600 gastos em uma churrascaria e R\$ 271, em uma casa de samba. Ambas foram feitas no Rio, após a meia-noite, o que o relatório descreveu como "uma rotina atípica de utilização do Cartão Pesquisa em estabelecimentos e horários não condizentes, a princípio, com a finalidade de um projeto de pesquisa".

— O horário pode sugerir algo estranho, mas, como esses gastos podem englobar a organização de palestras e eventos, por exemplo, o pesquisador pode ter usado o cartão com alguma coisa para os palestrantes — frisou Andrea Barbosa, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

— Tudo o que está no relatório merece explicação, mas esses motivos podem não caracterizar, necessariamente, um mau uso do recurso.

A solução apresentada pela CGU seria automatizar esse processo de controle, junto ao Banco do Brasil, com tecnologia. Segundo Webster, o CNPq teria que ver para cada um dos editais de pesquisa o que é permitido e o que é proibido gastar em cada caso.

— Eles já têm essa informação e, em uma reunião que tivemos, o Banco do Brasil afirmou que é possível fazer essa configuração de parâmetros por tipo de pesquisa. O ideal é que cada cartão tenha predefinições de locais em que ele pode ser utilizado ou não — afirmou a coordenadora da CGU.

Segundo o CNPq, ao final da pesquisa, no momento da prestação de contas, "caso alguma despesa seja aparentemente atípica, são solicitados esclarecimentos e justificativas". Se o gasto não estiver de acordo com o objeto da pesquisa, "o recurso precisa ser devolvido ao Tesouro".

No entanto, o relatório aponta ainda que, em 2018, o CNPq contava com apenas quatro

servidores (além de 23 empregados terceirizados) e apresentava mais de seis mil prestações de contas financeiras acumuladas pendentes de análise.

— Atualmente, o que acontece é que essa checagem de notas fiscais acumula de tal forma que elas acabam sendo analisadas muitos anos depois da prestação de contas — disse Webster.

O CNPq afirmou que é preciso uma "avaliação criteriosa" de cada caso para "poder julgar o uso dos cartões" e disse que "preza pela cuidadosa análise e reforça a confiança na seriedade de seus pesquisadores"

* Estagiário, sob supervisão de Marco Aurélio Canônico

‘É uma boa ideia, só precisa ser aprimorada’, diz cientista

Professor da UFRJ defende uso do Cartão Pesquisa e diz que fraudes são ínfimas, mas critica dificuldade de obter informações

Para o pesquisador e professor de Física da UFRJ, Cláudio Lenz, o relatório da CGU sobre as despesas com o Cartão Pesquisa do CNPq tem valor, mas os gastos suspeitos são ínfimos e não retratam a realidade do pesquisador brasileiro. Ele afirma que a maioria dos seus gastos são feitos por meio de transferências bancárias, que servem para ressarcir alguma compra de material por parte dos alunos ou professores.

— No meu cartão, tem cerca de R\$ 90 mil. Eu vou ter coragem de andar por aí com ele? — questionou o professor.

— A gente preserva esse cartão. Todo mundo que faz compras pede a nota fiscal no meu CPF, como o CNPq precisa, e depois eu guardo ela para apresentar no final da pesquisa.

O cientista aponta um outro problema potencial: seu cartão foi fraudado em 2014, mas ele só descobriu o golpe ao final da pesquisa, em 2017. Lenz diz que entrou em contato com o CNPq e foi informado de que pelo menos 3 mil denúncias de fraude haviam sido encaminhadas para o órgão.

— Eu acredito que a maioria desses gastos suspeitos sejam provenientes de fraudes, como a de que fui vítima — disse ele.

— É muito difícil obter qualquer informação desse cartão, tudo fica atrelado a uma central em Brasília. Não é que nem na minha conta pessoal, que eu consigo receber via SMS quando acontece alguma compra. O cartão é uma boa ideia, só precisa ser aprimorado.

Segundo a presidente da Anped, Andrea Barbosa, o sistema do cartão ainda é muito mais eficiente do que o modelo anterior, que era realizado através de cheques. Ela defende, no entanto, uma união maior entre pesquisador, CNPq e Banco do Brasil para que esse monitoramento dos gastos avance.

— O controle de gastos só é feito no final da pesquisa e o pesquisador só tem acesso ao extrato uma vez por mês. Tudo isso dificulta o controle dos gastos do pesquisador, que,

além de ser especialista no seu tema de estudo, também precisa ser na gestão desse dinheiro. É uma sobrecarga.

(B.F.)

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

Universidades públicas e ensino básico

O debate sobre universidades públicas brasileiras se dá, muitas vezes, de forma superficial e apaixonada. De um lado, grupos hostis que gostariam de ver seu papel (muito) reduzido, ou mesmo veem nelas a causa dos problemas estruturais da educação no Brasil; de outro aqueles que as consideram vacas sagradas, opondo-se a qualquer proposta de melhoria ou mudança como se fosse um ataque aos direitos inerentes de todos os brasileiros. A verdade não está em nenhum desses extremos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniao/6321755/universidades-publicas-e-ensino-basico>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

O que professores finlandeses vão ensinar aos brasileiros

Ensinar os professores brasileiros de cursos superiores a desenvolver metodologias próprias de ensino baseadas na experiência de seus pares da Finlândia- referência mundial na área educacional. Essa é a proposta do curso de especialização "Ensino e Aprendizagem na Educação Superior", programa da Universidade da Finlândia realizado em parceria com o Instituto Ânima.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6321825/o-que-professores-finlandeses-vao-ensinar-aos-brasileiros>

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BAHIA

Bahia : menos de 5% dos alunos do Ensino Médio aprendem matemática; entenda Em Língua Portuguesa apenas 18,4% estão com aprendizado adequado

Em agosto do ano passado o CORREIO mostrou que o pior desempenho dos estudantes baianos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no ano anterior, foi na área de Matemática e suas Tecnologias. A reportagem, na época, provocou um debate nas redes sociais. Mas, um levantamento divulgado esta semana aponta um cenário ainda mais preocupante.

Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, divulgado na terça-feira (25), pelo movimento Todos pela Educação, em parceria com a Editora Moderna, apenas 4,7% dos estudantes do ensino médio na Bahia tem proficiência adequada em matemática. Atualmente, são mais de 600 mil alunos estudando nesse ciclo de ensino, que é de responsabilidade do Governo do Estado.

Quando o assunto é a Língua Portuguesa, o resultado é um pouco melhor, mas também está longe do aceitável. Apenas 18,4% dos estudantes do ensino médio dominam os conteúdos dessa disciplina. A deficiência em duas áreas "mães", consideradas indispensáveis para o desenvolvimento de qualquer conhecimento específico preocupa professores, especialistas, o governo estadual e, principalmente, os próprios alunos.

Diogo Moreira tem 16 anos e está no 2º ano do ensino médio no Centro Estadual de

Educação Profissional em Tecnologia, Informação e Comunicação (Ceep-tic) de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana. Ele faz parte dos 43,3% dos jovens que concluem os estudos até os 19 anos na Bahia – em São Paulo o percentual é de 78,3% - e conta que as dificuldades são muitas.

“No meu caso, português até que vou bem, mas matemática é mais difícil. Agora, vamos começar a estudar algoritmos e já vi que não vai ser fácil. Funções exponenciais é outra área complicada. Na minha turma tem muita gente com dificuldade nas duas disciplinas”, disse. Ele contou que está preocupado com a preparação para o Enem.

Aulas

Um desafio para os professores é conseguir relacionar os conteúdos explicados em sala de aula com a realidade dos estudantes, uma estratégia importante para facilitar a assimilação desse conhecimento, segundo os jovens. Mas a questão é mais complexa. Para o professor de matemática Toni Santana existe um excesso de assuntos.

“O que eu percebo é que há dificuldade no entendimento dos comandos verbais pedidos. Isso se deve, em parte, à falta de cuidado no foco do aprendizado. Série a série deveria se ter um foco no aprendizado e não mudar de conteúdo simplesmente para cumprir um programa, porque isso deixa um déficit que é cumulativo. É desnecessário tanto assunto”, opina.

Ele atribui os problemas no aprendizado da matemática também a outro fator: deficiência com a língua portuguesa. “Matemática, hoje, depende demais da base do português, dos entendimentos dos comandos verbais, de identificar os destratores, da leitura de livros e revistas, e as pessoas estão cada vez lendo menos”, diz.

É por isso que Ana Clara Oliveira, 15 anos, adota a leitura também fora da sala de aula. Ela está no 1º ano no Colégio Estadual David Mendes Pereira, em São Marcos, e focada em se preparar para o Enem.

“A leitura ajuda muita gente que tem dificuldade com essas matérias. Tenho amigos que sentem isso. Eu, tenho praticado muita leitura, e os problemas matemáticos das lições de casa para aprimorar o conhecimento. Outra coisa que pode ajudar também são outras atividades, como cursos”, sugere.

Pesquisa

O coordenador do núcleo de inteligência do Todos pela Educação, Caio Sato, revela que os dados do anuário mostram avanços importantes na última década, mas acredita que a fotografia de hoje ainda é bem crítica, quando observada a quantidade de alunos com aprendizagem adequada na fase final do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

“A questão não é exclusiva da Bahia, o Brasil todo enfrenta isso. Em primeiro lugar, porque o Ensino Médio é uma etapa pouca atrativa para os estudantes, ela é importante, mas concorre com outros aspectos da vida, como o trabalho. Por isso, é fundamental que o tempo que o jovem passa na sala de aula faça sentido para ele. Em segundo lugar, o processo de aprendizagem é cumulativo. Se o aluno não é bem alfabetizado, ele percorre todas as etapas com dificuldades e no Ensino Médio essa defasagem fica mais evidente”, explica.

Sato defende que as autoridades comecem a discutir a questão do financiamento da educação básica, já que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que está em vigor desde 2007, expira em 2020. Através dele, a União encaminha recursos para a educação nos estados.

Na comparação com os outros estados do Nordeste, em matemática, a Bahia é o terceiro pior avaliado, à frente apenas de Alagoas (4,5%) e Maranhão (3,2%). O Distrito Federal lidera o ranking com 17%. Em Língua Portuguesa, os baianos superam apenas o Maranhão (16,4%). O Espírito Santo foi o estado mais bem colocado, com 40,7%.

A pesquisa também mostrou que nos primeiros anos da escola os resultados são melhores na Bahia. No Ensino Fundamental (5º ano), 46,1% dos alunos tem proficiência em português e 31,9% em matemática. Já no 9º ano, os resultados foram 26,7% e 12,3%, respectivamente.

O anuário existe desde 2012 e é feito com base nos dados do Pnad, Inep, no Censo da Educação Básica, entre outros. Segundo os organizadores, o propósito é levar informações de qualidade para os gestores públicos para que elas possam norteá-los na elaboração e aplicação de políticas públicas educacionais, além de apontar as questões prioritárias na pauta.

Medidas

O subsecretário da Educação da Bahia, Danilo Souza, acredita que, apesar dos números negativos, houve um avanço na comparação com os outros anos. Em 2015, o anuário apontava proficiência dos estudantes do Ensino Médio na Bahia de 3,9%, em matemática, e 17,4%, em Língua Portuguesa. Agora, são 4,7% e 18,4%, respectivamente.

“O que precisamos é avançar mais na formação de professores e na participação da comunidade, com mais acompanhamento, avaliações e ações a partir desses resultados. A secretaria acredita que o que ainda pode ser feito é investir em mais formação continuada e fazer com que os professores e estudantes pensem de forma a ter resultados mais imediatos”, afirma.

Ele destaca a criação do Bahia Olímpica, programa de incentivo para que os estudantes participem mais de olimpíadas e campeonatos do conhecimento, e o retorno do Sistema de Avaliação Baiana de Educação (Sabe).

“O Sabe avalia o desempenho dos estudantes a cada semestre, porque sentimos a necessidade de uma análise mais imediata. Não queremos ter que esperar dois anos para saber como nossos estudantes estão indo. Este ano estão sendo avaliadas apenas as áreas de Matemática e Língua Portuguesa, mas no próximo ano vamos ampliar para todas as disciplinas”, afirma.

A primeira prova foi aplicada em abril e, no total, 180 mil estudantes do 5º e 9º ano do Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio fizeram a avaliação. A ideia é que a partir dos resultados sejam identificadas as principais dificuldades dos alunos e que elas sejam trabalhadas através de cursos de capacitação para coordenadores, diretores, e professores. A promessa é de que esses cursos serão oferecidos ainda esse ano.

Veja dicas de como aprender Português e Matemática

Leitura extra - Ler é fundamental para aprender Português e Matemática. Peça a um professor indicações de livros.

Tema eleito - Descubra um assunto que você gosta e leia sobre ele em revistas, jornais e sites.

Texto fácil - A dica para melhorar o desempenho em redação é escrever um texto por semana sobre temas diversos, para exercitar a fluência verbal.

Exercícios - Fazer exercícios em casa, respondendo questões de Matemática e Português, ajuda a assimilar conteúdos dessas duas disciplinas.

Videoaula - Assista vídeos, palestras e filmes recomendados pelos professores e relacionados aos conteúdos que são trabalhados em aula.

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Inscrições do Enceja Exterior seguem abertas até início de julho

Podem participar brasileiros que residem fora do país

Seguem abertas até o dia 05 de julho as inscrições no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos que residem fora do país – o Enceja Exterior 2019. Destinado a pessoas que não finalizaram os estudos na idade adequada, inclusive àquelas que cumprem penas privativas de liberdade (PPL), a avaliação é gratuita e realizada de forma voluntária.

As provas do Enceja 2019 no exterior contemplam os níveis fundamental e médio da educação básica. Os participantes precisam ter idade mínima de 15 anos e 18 anos, respectivamente, completos até a data da aplicação, em 15 de setembro.

Serão 18 cidades e 12 países participantes: Bélgica (Bruxelas); Espanha (Barcelona e Madri); Estados Unidos (Boston, Houston, Nova Iorque e Miami); França (Paris); Guiana Francesa (Caiena); Holanda (Amsterdã); Itália (Roma); Japão (Nagoia, Hamamatsu e Tóquio); Portugal (Lisboa); Reino Unido (Londres), Suíça (Genebra) e Suriname (Paramaribo).

Porém, a aplicação do Enceja Exterior PPL 2019 em Unidades Prisionais acontecerá em Tóquio, capital do Japão, entre 16 e 27 de setembro. A informação foi disponibilizada no edital do exame, publicado em 12 de junho pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Provas Enceja 2019 São aplicadas quatro provas do Enceja Exterior 2019, em cada nível de ensino, com 30 questões objetivas de múltipla escolha. Haverá também uma prova de redação. A nota mínima para conseguir a Certificação de Conclusão de Ensino Fundamental ou Ensino Médio equivale a 100 pontos, nas provas objetivas, e a 5 pontos na redação.

No entanto, o participante que conseguir a nota mínima exigida em uma das quatro provas, ou em mais de uma, mas não em todas, tem direito à Declaração Parcial de

Proficiência. Cabe ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) a emissão de ambos os documentos citados.

Cabe ao Inep, organizadora do exame, enviar os certificados e declarações de proficiência para o Ministério das Relações Exteriores. Este deverá encaminhá-los às Embaixadas e aos Consulados-Gerais do Brasil em cada país, bem como avisar aos participantes que os documentos estão disponíveis. Os resultados estarão disponíveis para consulta no site sistemasEncceja2.inep.gov.br/externo, mediante a inscrição do CPF e da senha de acesso cadastrada no ato da inscrição.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - GERAIS

Oferta de escola integral cresce, mas ainda é tímida

EDUCAÇÃO

A meta é aumentar o número de salas de aula com ensino em tempo integral, mas o que se vê é uma diminuição progressiva. Ontem, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) anunciou o aumento do ensino com jornada ampliada e nem assim Minas Gerais ficará próximo dos patamares desejados. Pelo contrário, ficará abaixo até do que oferecia no ano passado. Na contramão do que o Brasil registrou em 2018, quando as matrículas em tempo integral no ensino médio cresceram 19,2% na comparação com o ano anterior, segundo o Anuário Brasileiro da Educação 2019, o estado segue com um programa tímido e longe dos objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE).

A meta do PNE prevê oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica, até 2024. No Brasil, o percentual de escolas com matrículas em tempo integral passou de 40,1% em 2017 para 31,9, ano passado. Em Minas, a redução foi de 48,8% para 42%. As matrículas em tempo integral representavam 12,7% do total no país. No estado, estavam em 11,3, sendo que o ensino médio (de responsabilidade da rede estadual) é o pior do Sudeste, com apenas 4% das matrículas nessa modalidade de ensino.

Em abril, o governo anunciou uma drástica redução: dos 45% de estabelecimentos de ensino da rede com jornada ampliada, de um total de 3.612, para 13,8% ofereceriam o tempo integral este ano. A redução é de 70% da quantidade de colégios que tinham grade em tempo maior que o convencional. De acordo com a SEE, em 2018, a educação em tempo integral foi ofertada em 1.640 escolas e atendeu a 111.528 alunos. Este ano, somente 500 estabelecimentos de ensino e cerca de 30 mil alunos do ensino fundamental estavam garantidos no programa.

Mas, depois de pressão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) por mudanças na decisão, sob pena de não votar assuntos de interesse do governo, a pasta voltou atrás e reformulou o programa. Ontem, a secretária de Estado de Educação, Julia Sant'Anna, disse que o tempo integral será levado a outras 895 escolas neste segundo semestre, com abertura de 34 mil vagas em todas as regiões do estado. Serão 9 mil vagas a mais que o acordado entre o governo do estado e a ALMG, que previa abertura de 25 mil vagas em agosto próximo. Com a ampliação, a rede estadual chegará ao fim de 2019 com 64 mil vagas para o ensino integral, em 1.395 escolas. O modelo estará presente em escolas de 533 municípios, neste ano.

Foram considerados os seguintes critérios para as escolas contempladas: ter ofertado o tempo integral no ano passado e solicitado continuidade no plano de atendimento para 2019; ter oferta de ao menos uma turma de educação básica; oferecer ao menos uma turma regular com no mínimo 15 alunos para os anos de início da oferta e possuir sala ociosa no contraturno para atender o modelo proposto de oferta progressiva. A secretária informou ainda que as novas turmas não serão mais multisseriadas, ou seja, formadas por alunos de diferentes idades e níveis educacionais. Elas são únicas, com progressão e trajetória regulares e acompanhamento de frequência também no contraturno.

O modelo traz uma matriz curricular articulada entre as áreas de conhecimento. Além das matérias regulares da base comum, os alunos terão aulas de projeto de vida, cultura e saberes em arte, educação para cidadania, laboratório de matemática, ciências e tecnologia, entre outras disciplinas que passam a fazer parte da matriz pedagógica.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - OPINIÃO

Educação abaixo das metas

O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019 foi lançado esta semana pelo Movimento Todos Pela Educação, em parceria com a Editora Moderna. Os dados reforçam a urgência de políticas públicas diferenciadas para a superação do déficit no setor. Um déficit que repercute não apenas na subformação de crianças e jovens, e na consequente subqualificação dos cidadãos para o exercício profissional. Mas que traz efeitos cumulativos para as relações sociais, incluindo a relação familiar, e para a situação econômica do País: sem investimento maciço em educação, como comprovam nações que trilharam esse caminho, nenhuma política de desenvolvimento pode prosperar.

Enquanto, por outro lado, a educação priorizada rende benefícios individuais e coletivos consagrados na história recente da civilização global. Para Olavo Nogueira Filho, do Todos Pela Educação, a fotografia dos resultados extraídos do anuário ainda é crítica, apesar dos avanços que podem ser vislumbrados nas últimas décadas. Continua faltando, na opinião dele, um senso de urgência para acelerar o processo de melhoria. Há desafios que dizem respeito à conclusão do ensino fundamental, especialmente no Nordeste, à formação indevida dos professores, e também ao salário pago aos professores, por exemplo.

São desafios com proporções imensas pela vastidão do território nacional, e por causa das desigualdades regionais e entre os municípios. Há que se levar em conta essas diferenças, buscando ampliar os casos bem-sucedidos, tornando-os o padrão de excelência a ser exercido. O nível educativo oferecido na rede pública é função, entre outros fatores, dos recursos investidos por aluno, nos estados e municípios. E aí a disparidade é gritante, segundo o Anuário. Enquanto no Rio Grande do Sul um município aplicou R\$ 19,5 mil anuais por aluno, no Maranhão, outro município pôde aplicar menos de R\$ 3 mil.

O valor mínimo estimado pelo Movimento Todos Pela Educação, para um nível razoável de qualidade, é de R\$ 4.300 por ano por aluno - cifra observada em apenas quatro cidades em Pernambuco. As metas do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado em 2014 com um horizonte de 10 anos, estão longe de ser cumpridas. O atendimento de crianças de até 3 anos de idade em creches deve ser de 50% até 2024,

mas era da ordem de 34% no Brasil, 30% no Nordeste e 27% em Pernambuco em 2017.

A conclusão do 9o ano do ensino fundamental por alunos com 16 anos de idade deve ser de 95%, mas em 2018 um contingente de 24% dos adolescentes nessa faixa etária no Brasil não havia cumprido a etapa, assim como 31% no Nordeste e 29% em Pernambuco.

O Ministério da Educação (MEC) precisa voltar a ser o condutor de transformações que se expandam do plano federal até as realidades estaduais e municipais. Como ensaiou no governo Michel Temer, com mudanças positivas como o novo ensino médio. Para a educação brasileira dar um salto e recuperar o tempo perdido, será necessário muito trabalho, e menos polêmica.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ufba tem horário de funcionamento reduzido durante recesso de semestre letivo para economizar

Universidade funcionará das 7h30 às 13h30, entre os dias 8 de julho e 2 de agosto.

Por G1 BA

A Universidade Federal da Bahia (Ufba) divulgou nesta quarta-feira (26) que funcionará em horário reduzido durante o recesso do semestre letivo, entre os dias 8 de julho e 2 de agosto. Com isso, a universidade funcionará das 7h30 às 13h30.

Segundo a instituição, a decisão foi tomada para reduzir principalmente custos com água e energia elétrica, após bloqueio de recursos pelo Ministério da Educação (MEC). A universidade alega que mais da metade do orçamento está inacessível: sendo 30% bloqueado no sistema orçamentário federal e 22% contingenciado (o crédito está previsto, mas sem data para liberação).

A Ufba informou que eventos fora do horário especial terão que ser reprogramados pelas unidades responsáveis.

Uma portaria publicada pela universidade estabelece, no entanto, que a medida prevê exceções para matrículas dos alunos de graduação e pós-graduação, que acontecerá normalmente de 22 a 26 de julho.

Também ficam de fora da redução laboratórios que realizem pesquisas e serviços essenciais que não possam ser interrompidos e a prestação de serviços de tecnologia da informação. Também ficará mantido o horário normal dos serviços de segurança dos campi.

Além disso, a Ufba informou que o restaurante Universitário (RU) não deixará de atender aos estudantes. O RU e os pontos de distribuição de refeições funcionarão em horário que ainda serão definidos pela pró-reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas, como já ocorre em períodos de recesso.

Cortes e polêmica

Em maio, a Ufba informou que o bloqueio já passava dos R\$ 55 milhões.

O corte de repasses às instituições federais em todo o Brasil virou o centro de polêmica no país, em abril, após o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciar, em

entrevista ao Estado de São Paulo, que iria cortar recursos de universidades federais que apresentassem desempenho acadêmico fora do esperado e, ao mesmo tempo, estivessem promovendo "balbúrdia".

Na lista, estavam, inicialmente, somente a Universidade Federal da Bahia (Ufba), Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal Fluminense (UFF). Depois, o governo disse que a medida valeria para todas as universidades e institutos federais.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

IFRR completa 26 anos com programação gratuita nas seis unidades; confira Instituição possui três unidades em Boa Vista e outras três no interior - Caracaraí, Bonfim e Amajari. Só nos últimos 10 anos, foram feitas mais de 53.800 matrículas no IFRR.

Por G1 RR

O Instituto Federal de Roraima (IFRR) inicia oficialmente, nesta sexta-feira (28) as comemorações dos 26 anos de criação. Programações alusivas à data ocorrem nos campi e na Reitoria da instituição, em Boa Vista.

A abertura será às 10 horas, no anfiteatro da Reitoria no Calungá, zona Sul da capital. Os 26 anos são contados desde que o IFRR era Escola Técnica Federal de Roraima. (Veja abaixo o IFRR em números)

Na abertura, os participantes vão conferir um momento cultural com estudantes do Campus Boa Vista (CBV) e o pronunciamento da reitora, Sandra Mara Botelho, e dos diretores-gerais dos campi. Além disso, será exibido um vídeo institucional sobre a atuação do Instituto em Roraima.

Campus Boa Vista

No CBV, as atividades começaram com a realização do Circuito de Palestras para Estrangeiros, no último dia 19, com o tema "IF Acolhe", e da Semana da Graduação, que ofertou, de 17 a 22 de junho, 32 oficinas em vários pontos da cidade, ministradas por acadêmicos de cursos de licenciatura e tecnologia do campus.

O Circuito de Palestras sobre Planejamento em Saúde, do Curso de Tecnologia em gestão Hospitalar, ocorrido no último dia 24, foi mais uma atividade comemorativa.

Além dessa ação, o curso de Formação Continuada para Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselheiros Tutelares da Amazônia Legal, iniciado no último dia 25, também fez parte das comemorações.

Outra ação relacionada às comemorações de 26 anos será a certificação, nesta quinta-feira, 27, de 365 estudantes de cursos de pós-graduação em Educação a Distância (EAD), a partir das 19h, no Centro Amazônico de Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (CAF-UFRR).

Ainda na programação para as comemorações, o CBV também lançará em breve o livro Marcas da memória: (re) construindo a trajetória histórica do IFRR, que reunirá relatos, charges e poemas sobre a história e a memória da instituição.

Campus Avançado de Bonfim

O Campus Avançado Bonfim (CAB), ao Norte do estado, vai realizar um arraial para celebrar o aniversário, no dia 2 de julho, a partir das 18h30, na sua sede provisória, que funciona na Escola Estadual Argentina Castelo Branco, localizada na Rua Rodrigo Pires Figueredo, nº 44, Centro.

Além de celebrar a data, o evento vai fomentar a economia local e ajudar os estudantes na arrecadação para a formatura das turmas do curso Técnico em Administração e para a certificação do curso de formação inicial e continuada em Secretaria Escolar. Para tanto, haverá barracas de comidas típicas, bingo e brincadeiras de festa junina.

Campus Novo Paraíso

No Campus Novo Paraíso (CNP), em Caracaraí, região Sul, a comemoração também será em clima de festejo junino, com apresentações de quadrilhas, atividades culturais realizadas pelos alunos da unidade e sorteio de brindes. O evento será realizado no dia 3 de julho, durante todo o dia.

Campus Boa Vista Zona Oeste

Já o Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), no bairro Laura Moreira, vai comemorar os 26 anos do IFRR em 16 de julho.

Das 9h às 12h, a comunidade acadêmica está convidada a participar da programação que inclui apresentações culturais, de cases de sucesso do campus, com relatos de ex-alunos, além da palestra “IFRR 26 anos na oferta de educação de excelência no extremo norte do Brasil”, que ocorrerá a partir das 10h30.

IFRR em números

O IFRR é uma instituição de educação superior de ciência e tecnologia, básica, profissional e pluricurricular constituída por seis unidades: a Reitoria e os Campi Boa Vista, Novo Paraíso, Amajari, Boa Vista Zona Oeste e Avançado Bonfim.

Por meio da atuação de mais de 700 servidores, a instituição tem conseguido estar presente em todos os 15 municípios do estado, incluindo dezenas de comunidades indígenas, com diferentes níveis e modalidades de ensino.

Ao longo dos últimos 10 anos, desde sua transformação em instituto federal, a instituição recebeu mais de 53.800 matrículas em cursos, resultando em aproximadamente 17.400 alunos ingressantes nesse período. Na área da extensão, mais de 800 bolsas foram ofertadas e 16 mil pessoas atendidas nas edições do IF Comunidade dos campi – evento que beneficia o público em geral com serviços relacionados aos diversos cursos ofertados pelas unidades do IFRR.

Na pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, o instituto ofertou, entre 2009 e 2018, mais de 700 bolsas e investiu, de 2012 a 2019, R\$ 1.763.906 no apoio ao desenvolvimento de projetos de pesquisa de estudantes e servidores.

Atualmente, a instituição conta com quatro tecnologias apresentadas à sociedade e depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI): a lenha ecológica em formato de briquete de resina de breu Protium Burman; o Sistema de Certame do

IFRR; o aditivo natural antioxidante a partir do extrato do fruto de tucumã para uso em biodiesel; e o coletor de efluentes em profundidade (em cotitularidade com a Universidade Federal de Roraima).

No que se refere ao quadro de pessoal, mais de 90% dos professores da instituição têm pós-graduação (desses, 63% são mestres ou doutores). Dos técnicos administrativos, 52% também são pós-graduados. Por meio de parcerias com outras instituições de ensino do País, só em 2019 quase 50 servidores obtiveram o título de mestre, após a finalização de duas qualificações que somaram R\$ 1,4 milhão em investimento.

História do IFRR

A instituição iniciou seu funcionamento no estado, em 30 de junho de 1993, como Escola Técnica Federal. Em 2002, credenciou-se como Centro Federal de Educação Tecnológica, passando à denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (Cefet-RR), e, no ano 2008, com a sanção da Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a população roraimense pôde acompanhar a criação do IFRR.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Relator aposta em consenso na PEC do Fundeb Permanente

Agência Brasil

O senador Flávio Arns (Rede/PR), relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) 65/2019, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), disse que há consenso entre parlamentares, dirigentes do Ministério da Educação, governadores, prefeitos e movimentos sociais pela manutenção e perenidade do fundo.

“Todos [os] que vieram aqui falam que o Fundeb deve se tornar permanente”, disse Arns à Agência Brasil, após participar da quinta audiência pública sobre o assunto ocorrida nesta quarta-feira (26) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Conforme Arns, após o consenso sobre a continuação do Fundeb, a discussão que se faz é sobre o aumento do aporte dos recursos do governo federal.

Flávio Arns é eleito senador pelo Paraná.

Arns defende repasse de R\$ 60 bilhões em recursos federais para o Fundeb, volume que deve ser atingido em dez anos.

Segundo o senador, o governo federal acrescenta atualmente cerca de R\$ 15 bilhões ao fundo, que é formado majoritariamente com tributos e repasses de arrecadação dos estados e municípios, responsáveis pela educação básica.

O parlamentar propõe que o valor seja dobrado a partir de 2021 e nos 10 anos seguintes cresça R\$ 3 bilhões ao ano.

De acordo com o relator da PEC, o aumento da verba federal poderá ser custeado com a recuperação de receitas hoje não obtidas com a isenção de impostos. Flávio Arns calcula que só o fim da desoneração dos lucros no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) gere receita de R\$ 120 bilhões anuais.

Projeção da Receita Federal, descrita na legislação orçamentária deste ano, é de que as renúncias fiscais totalizem R\$ 306,3 bilhões.

“Não temos que pensar em recursos disponíveis, mas nos recursos necessários. Há tantas alternativas a serem buscadas”, disse o senador, que promete tratar do assunto com o presidente Jair Bolsonaro, com a equipe econômica e com o Ministério da Educação.

Ontem (25), na Câmara dos Deputados, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu a aprovação de um novo Fundeb. “O Brasil não pode correr o risco de ficar sem o Fundeb”, disse o ministro, conforme descrito na página oficial do MEC.

Weintraub “gostaria que o novo Fundeb já tivesse uma versão mais modernizada e com mais recurso dentro do que é possível diante da difícil situação fiscal que o país vive”, diz a nota. O MEC não apontou nenhum valor de investimento. O ministério calcula que o Fundeb é responsável por 63% dos investimentos realizados na educação básica do país.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Relator aposta em consenso na PEC do Fundeb Permanente

O senador Flávio Arns (Rede/PR), relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) 65/2019, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), disse que há consenso entre parlamentares, dirigentes do Ministério da Educação, governadores, prefeitos e movimentos sociais pela manutenção e perenidade do fundo.

“Todos [os] que vieram aqui falam que o Fundeb deve se tornar permanente”, disse Arns à Agência Brasil, após participar da quinta audiência pública sobre o assunto ocorrida nesta quarta-feira (26) na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Conforme Arns, após o consenso sobre a continuação do Fundeb, a discussão que se faz é sobre o aumento do aporte dos recursos do governo federal.

Arns defende repasse de R\$ 60 bilhões em recursos federais para o Fundeb, volume que deve ser atingido em dez anos.

Segundo o senador, o governo federal acrescenta atualmente cerca de R\$ 15 bilhões ao fundo, que é formado majoritariamente com tributos e repasses de arrecadação dos estados e municípios, responsáveis pela educação básica.

O parlamentar propõe que o valor seja dobrado a partir de 2021 e nos 10 anos seguintes cresça R\$ 3 bilhões ao ano.

De acordo com o relator da PEC, o aumento da verba federal poderá ser custeado com a recuperação de receitas hoje não obtidas com a isenção de impostos. Flávio Arns calcula que só o fim da desoneração dos lucros no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) gere receita de R\$ 120 bilhões anuais.

Projeção da Receita Federal, descrita na legislação orçamentária deste ano, é de que as renúncias fiscais totalizem R\$ 306,3 bilhões.

"Não temos que pensar em recursos disponíveis, mas nos recursos necessários. Há tantas alternativas a serem buscadas", disse o senador, que promete tratar do assunto com o presidente Jair Bolsonaro, com a equipe econômica e com o Ministério da Educação.

Ontem (25), na Câmara dos Deputados, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, defendeu a aprovação de um novo Fundeb. "O Brasil não pode correr o risco de ficar sem o Fundeb", disse o ministro, conforme descrito na página oficial do MEC.

Weintraub "gostaria que o novo Fundeb já tivesse uma versão mais modernizada e com mais recurso dentro do que é possível diante da difícil situação fiscal que o país vive", diz a nota. O MEC não apontou nenhum valor de investimento. O ministério calcula que o Fundeb é responsável por 63% dos investimentos realizados na educação básica do país.

EDUCARR - TEMPO REAL

Seletivo para mestrado em Ensino de Ciências

A Universidade Estadual de Roraima realizará processo seletivo para 20 vagas no mestrado profissional em Ensino de Ciências. O curso é recomendado pela **Capes** e as aulas terão início em 2020. Será cobrada a taxa de inscrição no valor de R\$ 50,00.

As inscrições vão de 1o a 30 de julho e serão feitas exclusivamente pelo endereço cpc.uerr.edu.br, menu Pós-Graduação – Área do Mestrado em Ensino de Ciências.

A taxa de inscrição deverá ser paga até o dia dois de agosto, por meio de Boleto Bancário, gerado no ato da inscrição. Não será aceito agendamento de pagamento. Após esta data a inscrição será considerada inválida em caso de não pagamento do boleto.

O mestrado em Ensino de Ciências tem por objetivo melhorar a qualificação profissional prioritariamente dos professores de Biologia, Física, Química, Matemática, Pedagogia e áreas afins, em exercício na Educação Básica e/ou no Ensino Superior, por meio do exercício de atividades de pesquisa e do desenvolvimento da prática pedagógica.

Vagas – As 20 vagas serão distribuídas entre as Linhas de Pesquisa: A. “Métodos pedagógicos e tecnologias digitais no ensino de ciências”; B. “Espaços não-formais e a divulgação científica no ensino de ciências”, conforme disponibilidade de professor orientador.

Serão destinadas no mínimo 20% do total das vagas para aqueles candidatos aprovados e classificados que comprovadamente residam no interior do Estado de Roraima.

Veja o edital aqui <https://cpc.uerr.edu.br/?p=4363>

topo ↕

FOLHA ONLINE - TEMPO REAL

Parceria vai investir mais de R\$ 13 milhões em bolsas de estudo

Ocorreu, na tarde desta segunda-feira (24), a cerimônia de assinatura do Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD-DEFESA). A iniciativa visa fomentar a cooperação entre instituições civis e militares para implementação de projetos voltados ao ensino, à produção de pesquisas científicas e tecnológicas e à

formação de recursos humanos qualificados na área de defesa

Ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o Ministro da Defesa, Fernando Azevedo
Ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o Ministro da Defesa, Fernando Azevedo

O acordo de cooperação entre o Ministério da Defesa e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** prevê a implementação de 12 projetos no valor total de R\$ 13 milhões. O recurso vai financiar a oferta de bolsas de estudo para mestrado, doutorado, pós-doutorado, além de doutorado sanduíche e de professor visitante no exterior.

Para o Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, o programa reforça os tradicionais vínculos entre Defesa e Educação. “Estou certo que essa parceria, entre militares e a academia, será capaz de criar um círculo virtuoso de desenvolvimento, como ocorre nos países mais desenvolvidos”, ressaltou o Ministro, durante a solenidade.

Por sua vez, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, destacou que só tinha a louvar pela iniciativa. “Tenho certeza que é mais um passo na direção correta”. À frente da **CAPES**, o presidente da Coordenação, **Anderson Ribeiro Correia**, falou da satisfação de celebrar a primeira edição da iniciativa. “Temos o Pró-Defesa com quatro edições, mas chegou o momento de aumentar essa cooperação. Agradeço a oportunidade e a sensibilidade pelo programa, pelo incentivo para o sucesso desse empreendimento”, destacou.

Presidente da **CAPES**, Anderson Ribeiro Correia
Presidente da **CAPES**, **Anderson Ribeiro Correia**

Recursos humanos

A partir do PROCAD, será estimulada a realização de projetos de pesquisa com o envolvimento de profissionais e a utilização de infraestrutura disponíveis em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), Instituições Militares de Ensino e Pesquisa, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs), instituições governamentais e o setor produtivo. Essa interação possibilitará a elaboração de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como a formação de pós-graduados em defesa. A intenção é desenvolver ainda mais e consolidar o pensamento brasileiro nessa área.

As propostas aprovadas, no valor máximo de R\$ 1.121.663,04 por projeto, serão financiadas com recursos da **CAPES**, totalizando os R\$ 13 milhões. O recurso inclui as bolsas de estudo e as despesas de custeio. Cada projeto deverá ser constituído por, no mínimo, três equipes, sendo que cada uma formada por um coordenador-geral e dois coordenadores associados. As propostas poderão ser enviadas pelo Proponente/Coordenador Geral até as 15h59 do dia 19 de agosto no formulário online <https://inscricao.capes.gov.br/individual>.

A cerimônia de assinatura do convênio também contou com a presença do secretário-geral do Ministério da Defesa, Almirante de Esquadra, Almir Garnier Santos, do chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Tenente-Brigadeiro do Ar Raul

Botelho, e do Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa, Paulo Humberto Cesar de Oliveira.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UERR lança edital de mestrado em Ensino de Ciências com 20 vagas
Inscrições começam na próxima segunda (1º) e seguem até o dia 30 de julho no site da instituição.

A Universidade Estadual de Roraima (UERR) lançou nesta quarta-feira (26) o edital para o mestrado profissional em Ensino de Ciências. Ao todo, são ofertadas 20 vagas em duas linhas de pesquisa e as inscrições iniciam a partir da próxima segunda (1º), no site da instituição.

VEJA AQUI O EDITAL.

Os interessados podem se inscrever até o dia 30 de julho. A taxa de cadastro custa R\$ 50 e deve ser paga até o dia 2 de agosto. Conforme o certame, 20% das vagas são para candidatos que residem no interior do estado.

O processo seletivo será composto por três etapas. São elas: prova escrita, defesa do projeto e análise curricular. A primeira fase está prevista para o dia 23 de agosto e deve ocorrer no auditório da UERR, das 08h às 12h.

O resultado final, será divulgado no dia 29 de novembro e o período de matrícula deve ocorrer entre 12 e 13 de dezembro. As aulas terão início em 2020.

Mestrado

O mestrado em Ensino de Ciências tem por objetivo melhorar a qualificação profissional prioritariamente dos professores de biologia, física, química, matemática, pedagogia e áreas afins, em exercício na educação básica ou no ensino superior, por meio do exercício de atividades de pesquisa e do desenvolvimento da prática pedagógica.

O curso é dividido nas seguintes nas linhas de pesquisa: “Métodos pedagógicos e tecnologias digitais no ensino de ciências” e “Espaços não-formais e a divulgação científica no ensino de ciências”, conforme disponibilidade de professor orientador.

topo ↕

GAZETA DE VOTORANTIM - TEMPO REAL

Campus Sorocaba da UFSCar oferece bolsa de pós-doutorado na área de Ciência dos Materiais

Inscrições podem ser feitas até o dia 26 de julho

O Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Materiais (PPGCM-So) do Campus Sorocaba da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está com inscrições abertas em processo de seleção de candidatos a uma bolsa de pós-doutorado oferecida pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O edital é voltado a pessoas com título de doutor em Ciência dos Materiais ou áreas afins. A bolsa tem duração de até 24 meses, com valor mensal de R\$ 4,1 mil. A seleção dos candidatos será composta por avaliação do currículo Lattes documentado e do plano de trabalho, além de arguição dos candidatos.

As inscrições serão efetuadas mediante envio da documentação listada no edital, disponível no site do Programa (www.ppgcm.ufscar.br), até o dia 26 de julho, exclusivamente por via postal. As instruções para inscrição e as demais informações sobre a seleção devem ser conferidas no edital. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail ppgcm@ufscar.br.

Fonte: Coordenadoria de Comunicação Social - Universidade Federal de São Carlos

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Divulgado resultado do Programa Bragfost

A CAPES divulgou nesta quarta-feira, 26, o resultado do edital nº 8/2019, referente ao Programa Bragfost, Simpósio Brasil-Alemanha em Fronteiras da Ciência e Tecnologia, que conta com o apoio da Fundação Alexander von Humboldt. A publicação está disponível no Diário Oficial da União.

O edital tratava da seleção do Co-Chair brasileiro pela organização do simpósio, produzido em conjunto com a Alemanha. O escolhido será responsável por organizar a 11ª e 12ª edição do evento, que acontecerá nos anos de 2020 e 2021.

Bragfost

O Bragfost é um simpósio binacional, que ocorre alternadamente na Alemanha e no Brasil, e reúne 60 jovens cientistas brasileiros e alemães para discutir novas fronteiras de investigação, aprofundar os conhecimentos internacionais e debater de maneira interdisciplinar desafios do conhecimento.

(Brasília – Redação CCS/CAPES)

topo ↕

PÁGINA 3 - TEMPO REAL

Teses da Univali são base para documento sobre o turismo no Brasil

Um documento lançado recentemente pelo Ministério do Turismo (MTur) utilizou como fontes de consulta teses do Doutorado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), orientadas pelo professor Francisco Antonio dos Anjos. Tratam-se de trabalhos ligados a projeto de pesquisa do Programa Pró-Integração (MI/MEC) e do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A tese de Marcos Junior Arnhold, docente na Univali, intitulada "Governança Regional do Turismo: Uma proposta de avaliação da Governança Turística na percepção de seus atores", produzida em 2017, foi uma das fontes utilizadas como base na construção do documento. O trabalho "Modelo Analítico de Governança Regional de Turismo", de Cálidon Costa da Conceição, feito em 2018, como tese do Doutorado em Turismo e Hotelaria da Univali, também está entre as referências elencadas no material do MTur.

Nesta semana, o professor Francisco Antonio do Anjos, orientador das referidas teses, apresenta parte dos resultados destas pesquisas, no 4º International Public Policy Conference (IPPC), que ocorre em Montreal, no Canadá, numa seção de Política de Turismo.

A cartilha circula em todo o Brasil, integra o Plano Nacional de Turismo (2018-2022) e

orienta os gestores locais para aspectos relevantes que poderão fazer a diferença no processo de institucionalização e fortalecimento da instância de governança regional.

topo ↕

UEMA - tempo real

UEMA inicia o Encontro de coordenadores de Polos do UemaNet

Teve início na manhã desta quarta, 26, o Encontro de Coordenadores de Polos do Núcleo de Tecnologias para Educação (UemaNet), da Universidade Estadual do Maranhão, no auditório do prédio do Uemanet, Campus Paulo VI, São Luís.

A abertura oficial, que será realizada às 13h30, contará com a presença do reitor da UEMA, Gustavo Costa, da Coordenadora do UemaNet, Ilka Serra, da Pró-Reitora de Graduação, Zafira Almeida, do Presidente do Fórum de Coordenadores da Universidade Aberta do Brasil no Maranhão (FECOUAB-MA), Francisca Ló e da Coordenadora de Gestão do Polo do UemaNet, Lourdes Paula.

O encontro é uma oportunidade de articular ações administrativas e pedagógicas, desenvolvidas na dinâmica do trabalho dos Polos/UAB, tendo em vista a melhoria da qualidade dos cursos intermediados pelo UEMANET.

Todos os 42 coordenadores dos Polos/UAB do Maranhão estarão presentes no evento, que terá duração de três dias. A UAB é ligada ao Ministério da Educação através da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

A UEMA é pioneira em ofertar a educação a distância no Maranhão. Há 21 anos, a Instituição oferta, de modo democrático o ensino a todos em todo o Estado, rompendo os limites das ações educacionais presenciais.

Programação

A primeira mesa redonda do Encontro teve como tema “Competências para Educação na Era Digital” e foi ministrado pelas professoras Shirley Ribeiro e Danielle Martins.

Nesta tarde, estará em pauta o debate sobre “Gestão de Polos e Evasão dos Cursos EaD: uma análise UEMA”. As docentes Márcia Ribeiro de Sousa Serra, Lourdes Maria de Oliveira Paula Mota e Danielle Martins Leite Fernandes Lima ministrarão a mesa redonda.

J. DO COMMERCIO - PE - CIDADES

Dificuldade de concluir estudos até os 16 anos

Aos 16 anos, a maioria dos estudantes brasileiros de classe média e de escola particular está cursando o 2º ano do ensino médio, caso ingresse na 1ª série do ensino fundamental com 6 anos. Mas o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, publicado pelo Movimento Todos pela Educação e Editora Moderna e divulgado ontem, mostra que 24,2% dos jovens com essa idade não conseguiram terminar nem o ensino fundamental. Em Pernambuco, o índice é de 29% e no Nordeste, 31,5%.

Os dados da publicação foram organizados de acordo com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que completou cinco anos ontem (a duração é de 10 anos). Mateus Brandão e José Gabriel Santos estão com 14 anos. Cursam o 9º ano do fundamental na Escola Municipal Pedro Augusto, na Boa Vista, Centro do Recife. “Gosto de estudar. Nunca repeti de ano”, afirma Mateus. “Ficamos o dia todo na escola, pois é horário

integral. Às vezes é cansativo, mas vale o esforço”, assegura Gabriel. Os dois adoram as aulas de robótica.

O anuário revela também que o número de jovens de 15 a 17 anos cursando o ensino médio aumentou de 61% em 2012 para 68,7% em 2018. Mas a conclusão dessa etapa, na idade adequada, ainda é um desafio. Ano passado, apenas 63,6% dos jovens de 19 anos matriculados terminaram o ensino médio. Em 2012, o percentual era de 51,7%. No relatório, Pernambuco se destaca no índice de matrícula na rede pública, no ensino médio, na modalidade integral: 49,2%, o maior do País. Nacionalmente é 10,3%.

Em relação à formação dos professores, a publicação mostra que em 2018, 51,3% dos docentes dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) não tinham formação superior compatível com as disciplinas que lecionavam. No ensino médio, 43,7% dos professores ensinavam matérias para as quais não foram formados. Na prática, quer dizer, por exemplo, que um docente de matemática tem que lecionar assuntos de física.

topo ↕

AGÊNCIA SERTÃO - TEMPO REAL

Uesb abre seleção para Mestrado em Ciências Florestais

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) abriu seleção para o seu curso de Mestrado. Os interessados em participar do processo seletivo poderão se inscrever no período de 21 de junho a 12 de julho, conforme as orientações do Edital 082/2019.

As inscrições poderão ser realizadas ainda por meio dos Correios, desde que sejam postadas, via Sedex, até o dia 5 de julho. No ato da inscrição, é necessário apresentar o Requerimento de Inscrição preenchido e assinado, além dos demais documentos sinalizados no Edital.

O Campus de Vitória da Conquista oferece o Curso de Mestrado com Área de Concentração em Manejo e Produção Florestal, reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**.

Se você gosta do conteúdo da Agência Sertão, colabore para o aprimoramento do nosso Jornalismo a partir de R\$ 10 por mês e seja um assinante - Saiba como!

Os candidatos às vagas no Mestrado em Ciências Florestais deverão optar entre duas linhas de pesquisa. Manejo Florestal ou Silvicultura.

O processo seletivo será composto de 02 (duas) etapas, ambas de caráter eliminatório. Primeira etapa, constituída de duas avaliações: análise do Histórico da graduação, com desempenho acadêmico.

A Segunda etapa, constituída de Entrevista presencial ou online (via Skype, através de chamada com vídeo) com os candidatos selecionados na etapa anterior.

O Curso é gratuito com duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses, com exigência de integralização de 24 créditos. As atividades do Curso de Mestrado Acadêmico são desenvolvidas em regime de tempo integral.

Poderão submeter-se ao processo seletivo para o Curso de Mestrado Acadêmico em

Ciências Florestais, candidatos(as) portadores(as) de diploma de Bacharel em Engenharia Florestal ou Agronomia ou Engenharia Agrícola, desde que seus currículos contemplem disciplinas pertinentes à área de concentração, outorgado por Instituições de Ensino Superior, credenciadas pela legislação federal pertinente.

Serão ofertadas até 08 (oito) vagas no Mestrado em Ciências Florestais, nas seguintes áreas de atuação: Hidrologia Florestal e Manejo de Água; Mensuração Florestal; Colheita, Transporte, Ergonomia e Economia Florestal; Solos Florestais e Fisiologia de Plantas Lenhosas.

Para mais informações, entre em contato com o Programa pelo telefone (77) 3424-8781.

topo ↕

DIÁRIO DE CAMPOS - TEMPO REAL

Pesquisa desenvolvida na UEPG vai gerar economia superior a 1 bilhão de dólares Estudo foi desenvolvido no Laboratório de Biologia Molecular Microbiana (LABMOM) da UEPG em parceria com outras universidades públicas do Paraná

Pesquisadores do Laboratório de Biologia Molecular Microbiana (LABMOM) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) publicaram um importante artigo científico para o futuro da agricultura brasileira. O artigo intitulado “The ammonium excreting *Azospirillum* brasilense strain HM053: a new alternative inoculant for maize” foi publicado na revista *Plant and Soil*, um importante periódico internacional da área de Agronomia e concorre ao posto de capa da Edição especial “Microorganisms in Agriculture”.

O estudo foi desenvolvido em parceria com o Núcleo de Fixação de Nitrogênio da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o Laboratório de Ecofisiologia Agrícola e Biotecnologia (UEL) e o Laboratório de Fisiologia de Plantas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), todos participantes do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Fixação Biológica de Nitrogênio (INCT-FBN).

A pesquisa e o novo biofertilizante para gramíneas

No artigo os autores apresentam a bactéria fixadora de nitrogênio, *Azospirillum* brasilense HM053, como um novo biofertilizante para a cultura de gramíneas. A professora Carolina W. Galvão, autora correspondente do artigo e coordenadora do LABMOM/UEPG, explica que o nitrogênio é o macronutriente mais requerido pelas plantas e que apesar do N₂ representar 80% dos gases da atmosfera, as plantas não conseguem absorvê-lo nessa forma. Por conta disso, as plantas dependem da fixação biológica de nitrogênio (conversão de N₂ em NH₃) realizada por bactérias ditas diazotróficas.

A professora Carolina ressalta que a bactéria *A. brasilense* HM053, além de produzir amônia independente da disponibilidade de fertilizante nitrogenado aplicado no solo, ela ainda o excreta para a planta associada, diferenciando ela da bactéria *A. brasilense* AbV5/AbV6, atualmente usada nos inoculantes comerciais. A ausência de uma regulação no metabolismo da fixação biológica de nitrogênio dessa nova bactéria vai de encontro com a grande demanda por nitrogênio nas culturas do milho, do trigo etc.

Impacto da pesquisa para a economia

Carolina também esclarece que essa nova estirpe trará benefícios não só para a indústria produtora de inoculantes, mas principalmente para o agricultor, que terá maior

produtividade com menor custo. "Essa nova bactéria deverá contribuir para o aumento da produção de grãos sem a necessidade de aumentar as áreas de cultivo e tendo maior proteção contra seca e doenças", explica a coordenadora do LABMOM/UEPG.

No trabalho os autores inocularam o milho com a estirpe A. brasilense HM053 e utilizaram uma dose de adubação nitrogenada cinco vezes menor do que a recomendada. Estima-se que uma redução de 50% no uso de fertilizante nitrogenado nas culturas de gramíneas poderá gerar uma economia superior a 1 bilhão de dólares por ano.

Biotecnologia em prol do meio ambiente

Além do impacto positivo para a economia brasileira, o professor Rafael M. Etto, também autor da pesquisa e vice-coordenador do LABMOM/UEPG, reforça que o uso dessa biotecnologia traz também muitos benefícios ao meio ambiente. "Quando o nitrogênio químico é adicionado ao solo, cerca de 50% são absorvidos pelas plantas e os outros 50% são convertidos em gases do efeito estufa, como por exemplo o óxido nítrico, aumentando a temperatura na Terra", conta.

Rafael argumenta que o Brasil teria tido um crescimento 25% maior se não houvesse o aquecimento global. "O aquecimento global intensifica a desigualdade econômica, impactando principalmente os países mais pobres. Além de contribuir para o aumento do aquecimento global, o fertilizante nitrogenado também é lixiviado pelas águas das chuvas e contaminam rios e lençóis freáticos. Portanto, essas bactérias ao fixarem o nitrogênio atmosférico evitam a poluição do meio ambiente, sendo uma tecnologia importante para práticas agrícolas mais sustentáveis", salienta o vice-coordenador do LABMOM/UEPG..

Importância das pesquisas para a sociedade

Rafael lembra que o artigo é resultado do INCT da Fixação Biológica de Nitrogênio, coordenado pelo Prof. Dr. Fábio de Oliveira Pedrosa, e demonstra a importância das pesquisas realizadas nas universidades públicas brasileiras para a economia e o desenvolvimento do Brasil. "O impacto dessa pesquisa para a economia e para o meio ambiente ilustra o papel fundamental das universidades públicas para a nossa sociedade", ressalta.

Autores dessa pesquisa interdisciplinar

Além da professora Dra. Carolina Galvão (vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia) e do professor Rafael Etto (Programa de Pós-Graduação em Biologia Evolutiva e Computação Aplicada), também participaram do artigo a doutoranda Fernanda G. Furmam e o pós-doutorando Daniel R. P. Gonçalves, ambos do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da UEPG.

Da UEL, participaram o Prof. Dr. André Luiz M. Oliveira (PPG em Biotecnologia) e Leandro S. A. Gonçalves (PPG em Agronomia e em Genética e Melhoramento de Plantas), e o doutorando Odair José A. P. Santos (PPG em Biotecnologia). Da UNIOESTE, participaram o Prof. Dr. Vandeir F. Guimarães e o mestrando André Gustavo Battistus, ambos da PPG em Agronomia. Da UFPR, participaram o Prof. Dr. Fábio de Oliveira Pedrosa e o Prof. Dr. Emanuel Maltempi de Souza, ambos do PPG em Ciências-Bioquímica.

Para mais informações sobre essa pesquisa acesse: <https://doi.org/10.1007/s11104-019-04124-8>

O LABMOM da UEPG

O LABMOM é um laboratório de pesquisa, ensino e extensão, situado no Bloco M do Campus de Uvaranas, que está credenciado na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e no Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Atualmente o LABMOM permite o estágio de estudantes de mais de 10 cursos de graduação e fornece infraestrutura e auxilia na pesquisa de 10 Programas de Pós Graduação da UEPG. Além disso, possui parceria científica com mais de 20 institutos de pesquisas nacionais e internacionais. Os seus projetos são financiados pelo CNPq, CAPES, INCT, Fundação Araucária e Petrobrás.

Para mais informações sobre as pesquisas e outras atividades do LABMOM da UEPG acesse: <http://sites.uepg.br/labmom/>

topo ↕

GUIA DO ESTUDANTE - NOTÍCIAS

Um em cada quatro jovens brasileiros acha que vacina faz mal

Mais da metade acha que há exagero quando se fala em aquecimento global. Uma nova pesquisa revela que os jovens conhecem pouco sobre a pesquisa científica

Em termos de importância, a ciência superou o esporte e a religião na percepção dos jovens brasileiros. Que ela traz muitos benefícios, a maioria (ou 70%, para ser mais específica) concorda, e quando o assunto é necessidade de investimentos praticamente todos (94%) acreditam que o governo deveria manter ou aumentar o fomento nessa área.

Mas quando a ciência sai do imaginário e vai para o cotidiano... Bem poucos (12%) souberam citar ao menos uma instituição que se dedique a fazer pesquisa científica no Brasil. Menos ainda (5%) conseguiram dizer o nome de um cientista brasileiro, e os que souberam citaram quase sempre o astronauta Marcos Pontes (atual ministro da Ciência e Tecnologia), o inventor Santos Dumont e o médico Oswaldo Cruz.

Estes e outros dados foram levantados pela pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), que entrevistou 2,2 mil jovens de 15 a 24 anos de idade em 21 estados e no Distrito Federal. Foi a primeira vez que uma pesquisa investigou a percepção dos jovens sobre a ciência e tecnologia, e foi divulgada justamente em um momento de intensos debates sobre o assunto.

Nos últimos dois meses, o Ministério da Educação cortou 30% da verba discricionária de todas as universidades federais, e o Capes (fundação responsável pela pós-graduação e diretamente ligada à pesquisa científica) anunciou o corte de 6 mil bolsas de mestrado e doutorado.

Além do desconhecimento sobre a produção científica no Brasil, a pesquisa revelou que a desinformação e a contradição sobre alguns temas polêmicos ligados à ciência, como vacina e aquecimento global, também aparecem entre os mais jovens. Mais da metade,

por exemplo, não sabia que antibiótico não combate vírus, e 25% afirmaram que vacinar crianças pode ser perigoso.

Quando o assunto é ambiente, mais da metade concorda que os cientistas podem estar exagerando sobre as mudanças climáticas. Até a Teoria da Evolução entrou na mesa: 40% não acreditam que os seres humanos evoluíram ao longo do tempo e descendem de outros animais.

Embora o cenário não seja positivo nesses aspectos, a pesquisa aponta que ao menos os caminhos para a disseminação científica e democratização do conhecimento estão abertos. Apesar das contradições, a maioria defende a importância da pesquisa e a acredita que a população deve ser ouvida nas grandes decisões sobre o rumo da ciência.

Segundo esses jovens, as pessoas são capazes de entender o conhecimento científico se ele for bem explicado. “Temos um trabalho urgente a fazer na melhoria da comunicação da ciência no Brasil. Não só há pouco conhecimento, como a desinformação é muito alta”, conclui Yuriy Castelfranchi, pesquisador do INCT-CPCT.

topo ↕

DE FATO - TEMPO REAL

**Inep disponibiliza material gratuito de preparação para Enceja
Diferentemente dos livros didáticos tradicionais, o material ajuda a compreender
melhor o que será cobrado nesse formato de exame
ENSINO**

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disponibilizou, para download gratuito, Livros do Estudante para cada área do conhecimento avaliada no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja). A coleção é dividida entre ensino fundamental e ensino médio e está disponível no portal do Inep.

O Livro do Estudante, elaborado pelo Inep e pelo Ministério da Educação (MEC), é uma opção de estudo para aqueles que tentarão a certificação escolar por meio do Enceja. Diferentemente dos livros didáticos tradicionais, o material ajuda a compreender melhor o que será cobrado nesse formato de exame.

Cada capítulo explica os conhecimentos que vão avaliar a competência do participante. Na sequência, ensina como desenvolver essas competências por meio de atividades. As respostas dos exercícios podem ser encontradas no fim do capítulo.

Os profissionais envolvidos com a formação de jovens e adultos também têm um material de apoio preparado pelo próprio Inep. O Livro do Professor traz orientações para o trabalho do professor, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio. O material apresenta as bases educacionais do Enceja, os eixos conceituais que estruturam o exame, as áreas de conhecimento contempladas e as matrizes que estruturam a avaliação. Esse conteúdo é destacado no Livro Introdutório.

Questões – Como o Enceja é um exame direcionado às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade adequada, a forma de avaliar o conhecimento desses participantes é diferente. As questões são elaboradas para avaliar o conhecimento técnico-científico que faz parte dos currículos escolares por meio de

situações-problema do cotidiano. Essa é uma forma de avaliar as competências dessas pessoas a partir do que aprenderam ao longo da vida, nas suas relações profissionais, sociais e culturais.

Quem está se preparando para o exame também pode estudar por meio de questões já aplicadas no Encceja. O portal do Inep disponibiliza todas as provas de 2017. Para participantes que precisam de recursos de acessibilidade em função de baixa visão, estão disponíveis provas ampliadas e super ampliadas.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Governadores querem Fundeb permanente com 40% de verbas do Executivo O Fundeb é atualmente uma das principais fontes de financiamento para as escolas de todo o país

Em mais uma etapa de discussões sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a Comissão Especial que trata do assunto na Câmara ouviu hoje a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, representando o Fórum dos Governadores. Na audiência pública, a 10ª dessa legislatura sobre o assunto, ela defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15 de 2015, com maior aporte financeiro do Executivo.

A PEC nº 15 é de autoria da deputada Raquel Muniz (PSD-MG) e torna permanente o fundo, cuja vigência está prevista para terminar em 2020. Na proposta original está prevista a complementação da União de até 30%. Os detalhes do Fundo seriam definidos em lei ordinária.

O Fundeb é atualmente uma das principais fontes de financiamento para as escolas de todo o país. Corresponde a aproximadamente 63% dos recursos para financiamento da educação básica pública, de acordo com o MEC.

Fátima Bezerra apresentou a proposta dos governadores, segundo a qual a União aumentaria sua participação, atualmente em 10%, até chegar a 40%. No primeiro ano, o Executivo passaria a arcar com 20% do montante total, ampliando este em 2% ao ano até atingir o total de 40%, ao fim dos dez anos seguintes.

Segundo a governadora do Rio Grande do Norte, essa complementação é necessária para que os estados e o país possam atingir as metas definidas no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, que estabelece objetivos na área a serem alcançados até 2024.

Ela citou entre os objetivos ampliar a educação infantil em creches atendendo pelo menos 50% das crianças de até 3 anos, alfabetizar todas as crianças até 8 anos e valorizar profissionais do magistério equiparando rendimento médio aos profissionais de escolaridade equivalente.

“Uma maior participação financeira vai possibilitar algo essencial, mais estados com complementação e potencializar o papel distributivo do Fundeb, avançar na equidade e no pacto federativo, regime de colaboração”, destacou a governadora. Ela informou que a proposta foi entregue ao governo federal no início do mês de maio.

Há cerca de duas semanas, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, propôs, em

reunião com parlamentares, aumentar a contribuição da União ao Fundo de 10% para 15%. Para a governadora, a proposta do Ministério da Educação (MEC), é insuficiente: “A proposta do MEC de sair de 10% para 15% em 5 anos é inaceitável, porque ela simplesmente não responde aos desafios que temos hoje: realizar as metas do PNE”, acrescentou.

Relatora

A relatora da PEC 15 de 2015, deputada professora Dorinha Seabra (DEM-GO), afirmou que seria importante garantir uma ampliação inicial mais robusta. “Nós continuamos na proposta de dar salto inicial para 15% em virtude de que os 15% amenizariam a perda de estados e maiores municípios”, disse.

Na minuta de relatório divulgado, ela recomenda que esse percentual seja acrescido de 1,5% ao ano até alcançar 30%. Um relatório definitivo será apresentado nas próximas semanas, já que a audiência de hoje marcou o fim do período de oitivas da Comissão Especial. A redação da parlamentar também prevê um mínimo de 70% para remuneração de trabalhadores da educação em efetivo exercício.

Defesa

O deputado Átila Lira (PSB-PI) respondeu a governadora concordando com a proposta dos governadores de percentual de complementação da União, mas ponderou que não será um debate fácil no Congresso. “Dos 10% para os 40% [de aporte do Executivo] é o ideal. Mas vamos ter uma luta muito grande nesse momento de crise econômica”.

A deputada Professora Marcivânia (PCdoB-AP) ressaltou a necessidade de aprovação da PEC para garantir a continuada de recursos para a educação básica no país. “Não podemos aceitar um falso discurso de que educação tem muito recurso. O Fundeb é um instrumento não só necessário mas imprescindível para que tenhamos financiamento garantido na Constituição de forma permanente, para que não seja de governos mas uma política de Estado”.

A Agência Brasil entrou em contato com o Ministério da Educação para solicitar a posição do órgão sobre a proposta em discussão, mas não obteve retorno até a publicação do texto.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Sem professores bem preparados, não avançaremos

Após cinco anos de muito trabalho, debates e discussões, o país começa a implementar um novo currículo em todas as escolas de Educação Básica, sejam públicas ou particulares, tendo por referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Agora será possível saber o que cada criança e cada jovem precisa aprender ao longo de sua vida escolar, ano a ano. Isso é absolutamente fantástico, considerando um país como o Brasil, de tamanho continental, que nesse período viveu momentos políticos que poderiam levar ao fracasso todo esse processo de mobilização. Deve-se aqui ressaltar o decisivo papel do Ministério da Educação (MEC) e dos secretários de Educação de estados e municípios, em articulação com a sociedade organizada, através do Movimento pela Base. Esse é um passo largo na direção da tão sonhada qualidade do ensino. Mas, sem professores bem preparados e valorizados, não vamos alcançar o sucesso final. Isso significa todos os alunos na escola, aprendendo o que é esperado em cada série escolar e concluindo a Educação Básica na idade correta, ou seja, aos 17 anos

de idade.

Todos os estudos mostram que, entre os fatores que podem ser controlados pela política educacional, o professor é o que tem maior peso na determinação do desempenho escolar dos alunos. Tomando isso como premissa, a questão agora é concentrar nossos esforços no professor, a começar pela atratividade da carreira docente para os jovens egressos do Ensino Médio. Infelizmente, no Brasil, ninguém quer ser professor. Como tornar a carreira atrativa para os jovens? A resposta pode estar no documento Profissão Professor produzido pelo movimento Todos pela Educação, com a participação de especialistas altamente qualificados e de diferentes matizes políticos. Entre outras coisas, é preciso melhorar o plano de carreira, dando-lhe mais significado, com base na formação continuada e nos resultados escolares. Mas é preciso, mais do que nunca, investir na formação inicial para a carreira do magistério.

Nesse sentido, entendo que as universidades precisam urgentemente despertar para esse tema, desconstruindo a atual formação – que deixa muito a desejar, por ser distante da realidade escolar –, muito teórica e descasada da prática. Os estágios são, em geral, um faz de conta. Para mexer nesse vespeiro, o Conselho Nacional de Educação (CNE) começa a debater as questões que até aqui não levaram à implementação plena, por parte das instituições de ensino superior, da chamada Resolução CNE/CP no 2/2015, que trata das diretrizes nacionais da formação de professores para a Educação Básica, tanto inicial como continuada. Um documento constituído por 8 capítulos, 25 artigos e dezenas de parágrafos.

A Resolução 2/15, através do seu artigo 22, concedeu até 2017 um prazo para que as IES pudessem implementá-la. Como isso não aconteceu, mais duas outras prorrogações foram concedidas, sem possibilidades de novos adiamentos, sendo 2019 o prazo final para isso. O problema é que nesse período o país aprovou a BNCC, que, portanto, não está posta no corpo do parecer e da própria Resolução do CNE. Essas postergações, no que se refere à sua implementação, terminaram por torná-la desatualizada.

Além disso, outras questões precisam, a meu ver, ser mais amplamente discutidas, como os períodos pedagógicos complementares para que um profissional não licenciado possa ter a sua licenciatura (por exemplo, um bacharel em química ter a licenciatura em química ou mesmo em geografia), ou ainda para que um licenciado possa ter a sua segunda licenciatura (por exemplo, um licenciado em química ter a licenciatura em física ou mesmo em geografia). São períodos que, no meu entendimento, não dialogam com uma política de formação ao longo da vida exigida pelas novas demandas do século XXI.

Portanto, a discussão da Resolução CNE/CP no 2/2015 está em aberto, e vamos, sim, procurar adaptá-la aos novos tempos, absolutamente articulada com a BNCC.

[topo](#)

VERMELHO - TEMPO REAL

**Anuário aponta as principais deficiências da educação brasileira
Divulgado nesta terça-feira (25), o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019, da ONG Todos Pela Educação, em parceria com a Editora Moderna, traz dados estonteadores sobre a desvalorização do magistério e degradação das escolas no país.**

Um quarto dos alunos conclui o ensino fundamental com mais de 16 anos, sinalizando uma forte evasão escolar. Um quarto dos alunos conclui o ensino fundamental com mais

de 16 anos, sinalizando uma forte evasão escolar

Com base em dados do Ministério da Educação (MEC) e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estudo mostra que 37,8% das professoras e professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental não tinham a formação na disciplina que lecionavam em 2018. No ensino médio o índice ficou em 29,2%.

As conclusões dos organizadores do anuário é de que as péssimas condições de trabalho e baixa remuneração tiram o interesse na área. “No contexto que vivenciamos, poucos se voltam para a carreira docente porque outras profissões oferecem remuneração mais alta e melhores condições de progredir na carreira”, afirma Francisca Pereira da Rocha Seixas, secretária de Assuntos Educacionais da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e secretária de Saúde da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A média salarial dos docentes da educação básica atinge 69,8% do rendimento médio dos profissionais com curso superior de outras áreas. Em comparação aos que escolheram se formar nas áreas de exatas ou saúde, as professoras e professores ganham a metade do salário deles, em média. “A perseguição às trabalhadoras e trabalhadores em educação e os cortes efetuados por Bolsonaro ao orçamento das universidades e institutos federais certamente farão esses dados piorarem ainda mais, porque o magistério é uma profissão que necessita de formação constante”, reforça Francisca.

O anuário analisa também as 20 metas propostas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 e com vigência até 2024. “Estamos longe de alcançar as metas”, diz a professora da rede estadual de ensino paulista. De acordo com ela, os governos Lula e Dilma trouxeram avanços importantes na educação pública, mas agora “os riscos de os mais pobres ficarem sem escola são muito grandes porque o MEC desenvolve políticas de favorecimento das escolas privadas e extinção do ensino público, principalmente nos níveis médio e superior”.

O estudo indica também que há 1,5 milhão de pessoas de 4 a 17 anos fora da escola. Mostra que 99,3% de pessoas de 6 a 14 anos estão matriculados no ensino fundamental, mas um quarto desse contingente conclui o fundamental com mais de 16 anos, sinalizando uma forte evasão escolar.

Os dados levantados sobre creches apontam para o aprofundamento das desigualdades. Entre os mais pobres, somente 26% das crianças frequentam creches, enquanto 50% dos mais ricos estão na creche. Pior ainda, somente 14,1% dos mais pobres possuem nível suficiente de alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental. Já entre os ricos, o índice é de 83,5%.

Para a sindicalista, a atitude de incentivar a perseguição e a vigilância da atividade docente “desestimula a adesão a essa profissão encantadora e tão necessária para o desenvolvimento civilizatório de qualquer nação que almeje a soberania e a melhoria de vida das pessoas”.